

Currículo e identidade profissional

A formação do arquivista no Brasil (1911-1977)

Curriculum and professional identity: the archivist's formation in Brazil (1911-1977) / Currículo e identidade profissional: la formación del archivero en Brasil (1911-1977)

Beatriz Carvalho Betancourt

Doutoranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Mestra em Gestão de Documentos e Arquivos pela Unirio, Brasil.

beatriz_betancourt@yahoo.com.br

Eliezer Pires da Silva

Doutor em Memória Social pela Unirio. Professor adjunto da Escola de Arquivologia da Unirio, Brasil.

eliezerpires@gmail.com

Priscila Ribeiro Gomes

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora adjunta da Escola de Arquivologia da Unirio, Brasil.

pri.unirio@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre a formação do arquivista no Brasil como contribuição à demarcação da sua identidade profissional. Subsidiado pelas teorias curriculares, visa colaborar com os debates curriculares atuais. Investiga a criação de cursos entre os anos 1910 e 1970 e conclui que o estudo das origens evidencia a relação entre contexto social e currículo, demarcando a identidade profissional do arquivista.

Palavras-chave: arquivista; currículo; identidade profissional; formação.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the formation of archivists in Brazil as a contribution to the demarcation of their professional identity. Supported by curriculum theories, it intends to collaborate with current curricular debates. It investigates the creation of courses between the years 1910 and 1970 and concludes that the study of their origins shows the relationship between social context and curriculum, demarcating the archivists' professional identity.

Keywords: archivists; curriculum; professional identity; formation.

RESUMEN

El objetivo de ese artículo es reflexionar sobre la formación del archivero en Brasil como contribución a la demarcación de su identidad profesional. Subsidiado por teorías curriculares, busca colaborar con los debates curriculares. Investiga cursos entre las décadas de 1910 y 1970. Concluye que el estudio de sus orígenes resalta la relación entre contexto social y el currículo, delimitando la identidad profesional del archivero.

Palabras clave: archivero; plan de estudios; identidad profesional; formación.

Introdução

A formação do arquivista é tema presente na literatura arquivística brasileira e insere-se, geralmente, nas abordagens sobre a institucionalização da arquivologia, o estatuto científico da disciplina e o perfil do profissional contemporâneo no país. A discussão sobre o tema cresce na medida em que desafios provocados por inovações tecnológicas evidenciam a necessidade de transformações na formação do arquivista. Além disso, embora esse profissional seja cada vez mais necessário na conjuntura social de progressiva produção de documentos e informações, sua visibilidade não alcançou nítido reconhecimento, isto é, atribuições e competências dos arquivistas ainda não são claras, tornando-se premente demarcar sua identidade diante da sociedade.

Perante os desafios impostos à formação do arquivista pelo desenvolvimento da tecnologia e pela necessidade de visibilidade profissional, os meios acadêmico e profissional gradativamente prezam por debates curriculares que considerem a demarcação da identidade do arquivista no processo da formação universitária. Nesse contexto, a reflexão aqui proposta visa apresentar perspectivas para debates, baseando-se no papel do currículo na formação da identidade. Para isso, investiga-se o contexto entre a criação dos cursos voltados ao trabalho em arquivos a partir dos anos 1910, promovidos pelo Arquivo Nacional (AN), e a criação do curso universitário de arquivologia, nos anos 1970, instituído na atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). O objetivo é refletir acerca de como o estudo da origem da formação pode contribuir à demarcação da identidade do arquivista e, dessa forma, colaborar com os atuais debates curriculares na área.

Para o desenvolvimento dessas reflexões, procedeu-se a pesquisas bibliográficas nas áreas da arquivologia, educação, sociologia e história. Priorizaram-se obras sobre a temática da institucionalização da área arquivística no Brasil com foco no processo de formação do arquivista no país. Este artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Gestão de Documentos e Arquivos da Unirio. Utilizaram-se estudos sobre teorias do currículo que elucidam o contexto histórico do seu surgimento, conceitos diversos de currículo, problemas curriculares e confrontos teóricos. Obras de autores sociólogos contribuíram para o conhecimento do conceito de identidade. Por fim, os estudos históricos embasaram a compreensão do contexto histórico das teorias curriculares e da criação dos cursos delimitados como objeto desse estudo.

O trabalho estrutura-se em quatro partes, além de introdução e referências. Na primeira, apresenta-se a importância da demarcação da identidade do arquivista com base em autores da sociologia e da arquivologia. Na segunda, abordam-se o conceito de currículo e as teorias do currículo, de forma a marcar a perspectiva da reflexão proposta e compreender a relação entre currículo e identidade. Na terceira, caracteriza-se o contexto de formação do arquivista no Brasil no período delimitado, envolvendo o breve histórico de criação dos cursos em busca de fatores externos, mas presentes, nos currículos dos referidos cursos. Na quarta, apresentam-se as relações encontradas entre currículo e identidade profissional, para além de serem as considerações finais.

A importância da demarcação da identidade do arquivista

Identidade define-se pelo que confere singularidade ao mesmo tempo em que contém características comuns reconhecidas como tais. Podendo ser modificada por processos históricos, ela adapta-se ao longo de épocas e contextos. A identidade de um profissional constrói-se no percurso da formação, das atividades profissionais e do desenvolvimento da sua carreira, configurando-se em processo de autoidentificação e reconhecimento social (Dubar, 2012; 2006). Assim, a demarcação da identidade do arquivista deve participar das pautas de políticas educacionais de formação e é fundamental aos debates curriculares sobre a necessidade de transformações diante de novos paradigmas arquivísticos afirmados progressivamente na sociedade da informação.¹ Sobre o assunto, Bellotto (2007, p. 301) afirma que “se o arquivista não assumir sua identidade de modo claro e consistente em qualquer nível profissional, as estratégias de aprimoramento de ensino, de capacitação ou de prática profissional não terão resultados”.

A demarcação da identidade do arquivista é relevante para sua formação, teoria e prática, como base para decisões referentes a currículos acadêmicos, pesquisas científicas e práticas profissionais, devendo estar em consonância com demandas sociais. Se a profissão não se mantiver alinhada ao seu contexto, poderá desaparecer ou se amalgamar a outras profissões. Segundo Bellotto:

É fundamental e indispensável que esse papel seja compreendido nas próprias entidades onde o arquivista atua como o gestor da informação, seja esta considerada

¹ Conceito estabelecido por Daniel Bell (1974), sociedade da informação representa a sociedade pós-industrial caracterizada pelo setor de serviços e atividades de informação, com demandas de uma educação voltada à qualificação intelectual dos trabalhadores.

como instrumento da administração e do direito, ou testemunho da história e do exercício da cidadania. (Bellotto, 2007, p. 306)

Nessa perspectiva, a identidade demarcada permite o reconhecimento da essencialidade do arquivista na sociedade da informação, evidenciando seu papel profissional e social singular. Logo, é primordial ressaltar sua importância – que se constrói e se modifica socialmente – nos debates curriculares sobre a formação atual do arquivista.

Teorias do currículo: luzes sobre a formação do arquivista no Brasil

Estudar o currículo implica o esforço de identificar valores, princípios, objetivos e métodos envolvidos na sua construção; significa reconhecer que não há neutralidade nem permanência na organização do conhecimento a ser transmitido por meio da educação. O currículo é uma ferramenta de formação do indivíduo “historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar” (Sacristán, 2000, p. 17).

Desde os primeiros cursos técnicos voltados à capacitação para o trabalho em arquivos até o primeiro curso universitário de arquivologia, identificam-se reflexos do contexto social nas configurações dos currículos – representados, nesse estudo, pelas disciplinas –, além de se perceberem os perfis profissionais que se delineavam. Compreende-se, assim, que os currículos participaram de um processo de construção.

O currículo não é um produto mas um processo que envolve professores, alunos, egressos, profissionais de áreas afins, representantes do mercado de trabalho etc. na sua elaboração e avaliação. Construir ou alterar um currículo pressupõe pesquisar o conjunto de aspectos que envolvam o perfil do profissional que se pretende formar. Isto significa promover novas posturas junto aos alunos e professores, sob pena de, em nome de uma proposta curricular até arrojada, conservar-se elementos de uma arquivística científica e socialmente defasada. (Jardim, 2001, p. 5)

Essa compreensão vai ao encontro do conceito de currículo como construção social, desenvolvido ao longo de décadas pelas teorias curriculares após inicial entendimento de um currículo técnico e neutro diante da realidade educacional. Diante disso, Goodson (2008) ressalta que a teorização deve considerar o contexto do qual o currículo faz parte, de onde ele se originou, se reproduziu e se transformou. Deve considerar, também, que o currículo é influenciado por

novas prescrições e novas pessoas que nele atuam; deve compreender de que forma realidade e currículo interagem. Desse modo, o conhecimento das abordagens teóricas do currículo contribuiu para a compreensão dos problemas específicos postos pela sociedade à educação.

O autor defende que é preciso que um estudo visando ao aperfeiçoamento e à redefinição curricular apoie-se em uma visão histórica de teorização e ação curriculares. A visão histórica permite compreender o que demandou aquele currículo, quais problemas ele buscava responder e à qual realidade ele correspondia. Permite também a compreensão da situação atual, a identificação das transformações ocorridas e dos agentes que participaram na criação do que hoje se identifica como currículo.

Nesse sentido, apresentam-se, brevemente, os contextos e os problemas de diversas teorias curriculares desenvolvidas a partir do início do século XIX, quando se consolidou o campo especializado de estudos. Alerta-se para o aparente encadeamento cronológico da apresentação das teorias que pode levar ao entendimento equivocado de que houve uma evolução, no sentido de progressão das ideias tradicionais para críticas e pós-críticas, de “gradualismo linear para a história do currículo”, conforme as palavras de Lopes (2013, p. 9). O objetivo com as reflexões a seguir é nada mais do que compreender como olhar o currículo em busca de problemas, questionamentos possíveis e entendimento de como, hoje, ele é considerado uma construção social e pode ser relacionado à formação de identidades profissionais.

As primeiras teorias do currículo apareceram nos Estados Unidos, no início do século XX. A dinâmica social provocada pela industrialização e urbanização induziu a intensos fluxos migratórios. A escolarização, primeiro restrita a poucos grupos, expandiu-se por novas parcelas sociais. A produção, antes predominantemente rural, demandou funcionários para o trabalho industrial, e a escola passou, então, a refletir os valores e necessidades da sociedade industrializada. Naquele contexto, “viu-se como indispensável, em síntese, organizar o currículo e conferir-lhe características de ordem, racionalidade e eficiência” (Moreira; Silva, 2005, p. 10), e desenvolveram-se as obras que caracterizaram o currículo como campo especializado de estudo.

As primeiras implicações no campo curricular brasileiro também surgiram no início do século XX, nos anos 1920. Instrumentalizado pelas teorias norte-americanas por décadas, o pensamento brasileiro buscou, desde os anos 1980, outras referências em teorias críticas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos (Lopes; Macedo, 2010). A partir dos anos 1960, transformações sociais impactaram o campo curricular. No Brasil, o cenário assemelhava-se à

resistência contra a ditadura militar (Moreira; Silva, 2005; Silva, 2010). Como reações críticas, ressaltaram-se injustiças e desigualdades sociais reproduzidas no/pelo currículo, sendo desenvolvidas novas teorias do currículo que podem ser classificadas em críticas e pós-críticas.

Diante das teorias críticas e pós-críticas, Silva (2010) coloca o currículo em um território político que o transforma em documento de identidade. A identidade é o que delimita a diferença entre um e outro e, ao mesmo tempo, agrupa os semelhantes. Esse território é concebido dentro de processos de significação que, caso mudem, mudarão a noção de realidade também.

Em suma, depois das teorias críticas e pós-críticas, não podemos mais olhar para o currículo com a mesma inocência de antes. O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (Silva, 2010, p. 150)

A compreensão da construção do currículo não como algo técnico, neutro, mas como resultado de um processo histórico significa a compreensão da formação de identidades realizada também como resultado de um processo histórico. A relação que se pretende, aqui, estabelecer é sobre o poder do currículo na demarcação da identidade do arquivista. A contribuição das teorias do currículo a esse trabalho, ao conceberem as questões, os problemas e os significados curriculares postos para uma sociedade em determinado contexto, permite o aprofundamento da análise sobre a origem da formação do arquivista no Brasil, a busca pelo entendimento do contexto que teria influenciado o surgimento da profissão no país e reverberado na configuração dos primeiros cursos e do primeiro currículo universitário.

Formação do arquivista no Brasil: dos arquivos à universidade

A origem do percurso histórico da área arquivística brasileira é frequentemente demarcada pela criação do Arquivo Público do Império (denominado Arquivo Público Nacional em 1889 e Arquivo Nacional desde 1911) em 1838. A delimitação é justificada, ainda que Melo (2015) destaque a existência de arquivos antes desse período, a despeito do hiato nos estudos históricos e arquivísticos sobre arquivos coloniais.

Seja como for, o arquivo imperial é um marco para analisar a trajetória da formação do arquivista no Brasil. Com inicial organização em conformidade, à época, aos arquivos da França – seções administrativa, histórica, legislativa e judiciária – e missão institucional semelhante à do arquivo de Londres – abrigar os documentos administrativos do governo –, a criação da instituição significou principiante consonância à realidade arquivística europeia do século XIX. Essa consonância verificou-se também, depois, no campo de formação de arquivistas. Na Europa,

durante a primeira metade do século XIX, o desenvolvimento do positivismo de matriz intelectual alemã, preconizando a verificação documental como método ao serviço da análise histórica, vem contribuir para que os arquivos adquiram uma posição instrumental relativamente à paleografia e à diplomática, disciplinas em ascensão desde os finais do século XVIII. De fato, já nessa altura, muitos arquivistas tinham formação em diplomática e exerciam, mesmo no seu trabalho específico – ainda não designado por “arquivística” – aquilo que, desde 1765, se convencionou chamar “diplomática prática”. (Silva et al., 2009, p. 108)

Também em 1838, criou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com funções inerentes à cultura, aos estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais sobre o Brasil, e à reunião e divulgação de documentos relativos à formação e identidade nacional. Costa (1997) traça a disputa pelo recolhimento e guarda de documentos de importância histórica entre as duas instituições inseridas no projeto de consolidação nacional empreendido pelo Estado imperial brasileiro: de um lado, o Arquivo, criado e estruturado para recolher documentos oficiais de cunho legislativo, administrativo e histórico; de outro, o IHGB, mais beneficiado pelo Estado nessa disputa, liderado por intelectuais politicamente próximos à corte imperial, e empenhado em construir a memória e a história nacionais.

Essa disputa apontada por Costa (1997) parece ter retardado a consolidação da instituição posteriormente denominada Arquivo Nacional. Os registros sobre os primeiros procedimentos arquivísticos referem-se à gestão de Joaquim Pires Machado Portela, entre 1873 e 1898, diretor que escreveu em seu primeiro relatório sobre a necessidade de uma escola de cartas ou aula de diplomática e paleografia. Em 1911, o Curso de Diplomática (Quadro 1) para formação do pessoal da instituição foi idealizado.

Quadro 1 – Disciplinas do Curso de Diplomática (1911)

Curso de Diplomática
Paleografia
Cronologia
Crítica histórica
Tecnologia diplomática
Regras de classificação

Fonte: Brasil, 1911.

Como afirmado, o perfil dessas disciplinas alinhava-se à formação de arquivistas europeus da época – cuja melhor representação é o arquivista paleógrafo (Silva et al., 2009) ou o historiador arquivista erudito (Rousseau; Couture, 1998) formado pela École de Chartes, voltada à erudição histórica. Os funcionários do AN deveriam ter conhecimento de leitura de manuscritos antigos, geografia, cronologia e história, além de indicar a tradução de textos do inglês e francês para o português, de acordo com uma portaria emitida na gestão de Portela. Tanto a necessidade das aulas de diplomática e paleografia quanto a dos referidos conhecimentos foi destacada nos regulamentos do AN, nos anos de 1876 e 1893, mas não aconteceram, tal qual o curso de diplomática (Marques; Rodrigues, 2014).

Com a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1922, surgiu uma proposta de formação conjunta (arquivo, biblioteca e museu). Criado com a finalidade de dedicar-se à história nacional, o MHN apresentou em seu regulamento a proposta do Curso Técnico (Quadro 2), a ser realizado com a Biblioteca Nacional e o AN (Marques, 2007). Esse curso não se efetivou em relação ao Arquivo.

Quadro 2 – Disciplinas do Curso Técnico (1922)

Curso Técnico		
Instituição	1º ano	2º ano
MHN	Arqueologia História da arte	Numismática Sigilografia
BN	História literária Paleografia Epigrafia	Bibliografia Iconografia Cartografia
AN	História política e administrativa do Brasil	Cronologia Diplomática

Fonte: Brasil, 1922.

Das cinco disciplinas do Curso de Diplomática, três repetiram-se nesse novo currículo – paleografia, cronologia e diplomática. O primeiro ano enfatizou o estudo de história, oferecido pelas três instituições, e não houve nenhuma disciplina voltada à classificação documental ou qualquer referência a técnicas arquivísticas. Ressalta-se o aparecimento da história administrativa, presente nos currículos dos cursos seguintes, conforme será visto adiante. As inscrições para o Curso Técnico foram abertas, mas ele não chegou a se desenvolver no AN por falta de recursos financeiros (Marques; Rodrigues, 2014).

Em 1938, criou-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), incluindo os serviços de arquivo, biblioteca e documentação no processo de qualificação do corpo de funcionários do Estado. Em 1944, por iniciativa do Dasp – na figura de Luís Simões Lopes –, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi criada para preparar pessoal e promover estudos administrativos. Em análise sobre o Dasp, Santos (2018) afirma:

Em nossas pesquisas (Santos, 2010, 2014) identificamos que as atividades de biblioteca, documentação e arquivo foram igualmente contempladas, como as áreas de administração, economia e engenharia. A regulamentação de cursos específicos, a realização de concursos e o encaminhamento de profissionais para estudarem no exterior foram algumas das medidas implementadas. (Santos, 2018, p. 126)

Santos (2018, p. 122) considera que, entre as décadas de 1930 e 1940, a documentação se fortaleceu como área distinta da arquivologia e da biblioteconomia, mas se manteve forte relação entre elas, caracterizando, em parte, “a gênese da fase moderna do conhecimento arquivístico, traduzido em técnicas, métodos e práticas da arquivologia e destinado a encontrar lugar na administração pública reformada”.

Segundo Silva et al. (2009), no pós-Segunda Guerra Mundial, o acelerado desenvolvimento tecnológico e o “fenômeno da explosão da informação” desembocaram na transformação da documentação em ciência da informação.

A partir dos finais dos anos 50, nos Estados Unidos da América, com a International Conference on Scientific Information, que decorreu em Washington (1958), começa-se a entrar numa nova era, que alguns autores consideram como a do surgimento da ciência da informação. A conferência de 1958 é, pois, vista como o acontecimento que marca a transformação da documentação em ciência da informação. (Silva et al., 2009, p. 29)

Em torno desse período, no Brasil, iniciativas institucionais, apoios interinstitucionais e acordos internacionais contribuíram ao desenvolvimento da formação em arquivos. A partir do final dos anos 1950, José Honório Rodrigues, como diretor do AN, buscou cooperação com a França e os Estados Unidos, resultando na vinda de Boullier de Branche, diretor dos Serviços de Arquivos de Sarthe (Le Mans), França, e Theodore Schellenberg, vice-diretor do arquivo nacional dos Estados Unidos. A presença de ambos exemplifica algumas influências naquele momento do desenvolvimento da arquivologia brasileira. Em 1959, com o apoio do Dasp, o AN ofereceu o Curso de Preparação do Pessoal Auxiliar de Arquivo (Quadro 3) e o Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo (Quadro 4).

Quadro 3 – Disciplinas do Curso de Preparação de Pessoal Auxiliar para Arquivos (1959)

Curso de Preparação de Pessoal Auxiliar para Arquivos
História do Brasil
Princípios e técnica dos arquivos
As disciplinas auxiliares da história (genealogia e nobiliarquia, heráldica, cartografia e cronologia)
Os instrumentos do trabalho de investigação
Noções de paleografia
Noções de organização administrativa do Brasil
Noções de notariado
Noções de documentação moderna

Fonte: Maia, 2006.

Quadro 4 – Disciplinas do Curso de Aperfeiçoamento de Pessoal para Arquivos (1959)

Curso de Aperfeiçoamento de Pessoal para Arquivos
Classificação e catalogação de arquivos
Organização e administração de arquivos
História administrativa do Brasil
Pesquisa histórica
Evolução da historiografia
Paleografia e diplomática
Notariado

Fonte: Maia, 2006.

O primeiro curso teve como público-alvo o pessoal dos institutos públicos educacionais, e o segundo destinou-se a servidores do AN, alunos do curso anterior e demais servidores lotados em serviços de documentação, contando com a colaboração de Boullier de Branche. Notam-se disciplinas voltadas à pesquisa (instrumentos do trabalho de investigação e pesquisa histórica), diferenciação entre documentos administrativos, modernos e históricos, além de termos da biblioteconomia (classificação e catalogação). Esses dois cursos antecederam a criação, sob recomendação de Boullier de Branche, do Curso Permanente em Arquivos (CPA) – Quadro 5 –, em 1960, pelo AN, a mais crucial e regular iniciativa para formação do arquivista até então.

Quadro 5 – Disciplinas do currículo do Curso Permanente de Arquivo (1960)

Curso Permanente de Arquivo			
1º ano 1º período	1º ano 2º período	2º ano 1º período	2º ano 2º período
Técnica de arquivo	Arquivos correntes e arquivos de custódia	Noções de paleografia	Noções de diplomática e notariado
Organização da administração brasileira	História da organização administrativa	Organização e administração de arquivos	Documentação moderna
História do Brasil	História do Brasil	Bibliografia geral e do Brasil	Historiografia do Brasil
-----	-----	Heráldica e genealogia	Pesquisa histórica

Fonte: Maia, 2006.

Percebe-se, no currículo acima, a permanente preocupação com documentos históricos e autenticidade dos documentos, além de aumento de disciplinas voltadas à administração. Observa-se, pela primeira vez, a nomenclatura “arquivos correntes” e “arquivos de custódia” e a disciplina bibliografia geral e do Brasil, talvez reflexos da presença e difusão da obra de Schellenberg no Brasil. Rousseau e Couture (1998, p. 259) relatam que, diante dos debates que ocorriam sobre a formação arquivística, nos Estados Unidos, entre o modelo “historiador arquivista erudito” e o “bibliotecário arquivista *records manager*”, Schellenberg considerou mais o segundo modelo de formação biblioteconômica.

Na década de 1960, em meio a estudos para o estabelecimento do Sistema Nacional de Arquivos (SNA) e por recomendação expressa do I Congresso Interamericano de Arquivos, idealizou-se a Escola Nacional de Arquivística (ENA), de nível universitário, cujo diploma seria exigência para o provimento

de cargos de arquivistas e documentaristas, no entanto, nem o SNA nem o ENA foram estabelecidos (Marques; Rodrigues, 2014). Somente, então, na década seguinte, a formação superior em arquivologia no Brasil foi desenvolvida.

Na década de 1970, residem múltiplos marcos para a formação do arquivista. Em 1971, a primeira turma do CPA se formou. Nesse mesmo ano, fundou-se a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) que, sob liderança de José Pinto Esposel, após o I Congresso Brasileiro de Arquivologia em 1972, encaminhou ao Conselho Federal de Educação (CFE) o projeto do currículo mínimo do curso universitário de arquivologia. O CFE autorizou a criação de cursos universitários de arquivologia em nível superior, fixando o currículo mínimo (Quadro 6). Essa aprovação foi essencial à regulamentação da profissão, pois elevou a atividade técnica à formação acadêmica, que foi posteriormente exigida para o devido exercício da profissão. A proposta de regulamentação profissional, encaminhada pela AAB, passou a tramitar no Ministério do Trabalho a partir de 1975, sendo sancionada como lei em 1978 (Gomes, 2014).

Quadro 6 – Disciplinas do currículo mínimo do curso superior de arquivo (1972)

Currículo mínimo do curso superior em arquivologia
Técnica e ciência dos arquivos
História do Brasil
Geografia geral e cartográfica
História do direito e das instituições brasileiras e portuguesas
Notariado
Heráldica
Genealogia
Bibliografia
Paleografia, diplomática e sigilografia
Noções de estatística
Noções de contabilidade geral e pública
Organização administrativa e constitucional brasileira
Francês e inglês
Conservação de documentos
Reprodução de documentos
Informática

Fonte: Maia, 2006.

Nesse currículo, os arquivos foram associados, pela primeira vez, à ciência. A cartografia foi associada ao estudo da geografia e não mais da história. Houve diversificação das disciplinas abrangendo história do direito, história das instituições de Portugal, estatística, contabilidade, idiomas, conservação e informática. No entanto, a questão da pesquisa não apareceu, nem mesmo associada à história. Esse currículo foi adotado pelo CPA em 1973.

O CPA tornou-se superior, mas não foi imediatamente transferido para o ambiente universitário. Isso só aconteceu em 1977, quando vinculado ao Centro de Ciências Humanas da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj) e transformado em Curso de Arquivologia (Quadro 7), no mesmo ano de criação do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em 1979, a Fefierj foi transformada em Universidade do Rio de Janeiro (Unirio), que passou a denominar-se, desde 2003, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (mantendo a mesma sigla).

Quadro 7 – Disciplinas do Curso de Arquivologia (1977)

Curso de Arquivologia	
Tronco comum ou primeiro ciclo	Tronco profissional ou parte diversificada
Introdução ao estudo do direito	Notariado
Introdução ao estudo da história	Noções de pesquisa histórica
Introdução à contabilidade	Heráldica e genealogia
Noções de estatística	Paleografia e diplomática
Arquivo I	Cronologia
Arquivo II	História eclesiástica
Arquivo III	Arranjo e descrição de documentos
Arquivo IV	Técnica de exposições
Arquivo V	Destinação dos documentos
Arquivo VI	Imunologia dos documentos
Documentação	Patologia dos documentos
Introdução à administração	Reprografia
História do Brasil	Técnica de divulgação
Paleografia	Noções da história das ciências
Diplomática	Audiovisuais
Notariado	Técnicas especiais de classificação
Inglês	Computação em arquivologia

Introdução à comunicação	Arquivos de computadores
Administração	Noções de história da tecnologia
Introdução à metodologia científica	Noções de administração de empresas
Estudo de problemas brasileiros	Arquivos de plantas, desenhos, mapas e material iconográfico
História da historiografia brasileira	Introdução à técnica de administração material
Heráldica e genealogia	Noções de informática
Reprografia	Recursos audiovisuais

Fonte: Maia, 2006.

Esse currículo possibilita a compreensão do arquivista como um profissional que necessita de uma formação com conhecimento diversificado, que passa por arquivologia, direito, história, estatística, contabilidade, administração, tecnologia informática. Além disso, percebe-se também a diversificação do conhecimento dentro de cada área, por exemplo, a história desdobrou-se em história do Brasil, historiografia, história eclesiástica, história das ciências. A arquivologia passou a apresentar, além das disciplinas arquivo I-VI, abordagem inclusiva de disciplinas como destinação de documentos, divulgação de documentos, documentos diversos ao textual, entre outros. A administração não mais se refere somente à administração pública, mas também à empresarial. A pesquisa restringiu-se a uma disciplina introdutória.

No ano seguinte da criação dos primeiros cursos universitários de arquivologia, a profissão foi regulamentada. Atribui-se ao movimento associativo, representado pela AAB, importante papel na legitimação do curso universitário de arquivologia, na regulamentação profissional da disciplina e na formação de uma comunidade técnica e científica – com os congressos brasileiros de arquivologia, a revista *Arquivo & Administração*, os núcleos regionais da AAB, os cursos de formação técnica e as publicações de artigos (Silva, 2013).

As primeiras iniciativas da área e da formação arquivística datam do final do século XIX e início do XX, mas foi nos anos 1970 que ambas realmente se instituíram no Brasil. Nessa década foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros, o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, além de três dos 16 cursos de arquivologia atualmente existentes, e lançados os primeiros periódicos especializados em conhecimentos arquivísticos. Em suma, o contexto histórico desse processo aponta o envolvimento de atores como o Estado, na figura de funcionários diversos, e profissionais de arquivo mobilizados em torno do associativismo e da produção científica (Gomes, 2014).

Dessa forma, apontam-se marcos diversos de análise da formação do arquivista, como a criação do AN e suas iniciativas, o papel do Dasp e da FGV na modernização do Estado e o movimento associativo da década de 1970.

Considerações finais

Este estudo propôs-se à investigação do contexto entre a criação dos primeiros cursos voltados ao trabalho em arquivos, nos anos 1910, e a criação do primeiro curso universitário de arquivologia, nos anos 1970. Objetivou-se a reflexão acerca de como o estudo da origem da formação do arquivista pode contribuir à demarcação da sua identidade como forma de colaborar com os atuais debates curriculares na área. A suposição de que o estudo contribuiria à demarcação da identidade profissional do arquivista baseou-se na razão de Goodson (2008) ao afirmar que o currículo precisa ser compreendido em seu processo histórico, de forma a relacioná-lo com seus participantes e, também, com a complexidade que ultrapassa seu evento direto. O autor deixa claro que o conhecimento do contexto social ilustra as influências e limitações impostas aos currículos.

Portanto, demonstrou-se que o processo de formação do arquivista no Brasil reflete-se nos currículos, tornando evidentes realidades arquivísticas em conexão com demandas sociais. Vê-se que, inicialmente, requisitava-se da formação do arquivista uma identidade relacionada a tarefas em atendimento ao empreendimento de formação de identidade nacional e pesquisa histórica. Vale destacar, por exemplo, que os currículos dos primeiros cursos voltados à capacitação para o trabalho em arquivos refletem a demanda das instituições que promoveram esses cursos. Àquelas instituições impuseram-se missões e objetivos relacionados aos interesses nacionais, demarcados por questões políticas e por paradigmas da história, como foi o caso do AN.

Assim sendo, Rodrigues (2018) afirma que antes dos cursos universitários de arquivologia, as discussões da área ocorriam devido à demanda cotidiana das instituições arquivísticas de resolver problemas quanto ao tratamento dos documentos sob sua guarda, o que conferiu ao AN importante papel na formação de trabalhadores técnicos e na produção, tradução e divulgação de bibliografia técnica importante para o desenvolvimento da arquivologia.

Em seguida, percebeu-se o delineamento da identidade de um arquivista apto a lidar com documentos não só históricos, mas produtos da administração corrente do Estado. Para isso, o próprio Estado, representado pelo AN e pelo Dasp, empreendeu esforços na formação desse profissional, a partir de correntes e acordos internacionais.

Ressalta-se que, a partir de então, encontra-se a origem do debate atual acerca do campo no qual deveria ser inserida a formação em arquivologia, isto é, se nas ciências humanas e/ou nas ciências sociais aplicadas. Por esse motivo, Rodrigues (2006) reitera que, no caso específico da arquivologia, a criação de cursos de graduação – e, extrapolando a afirmação da autora, arrisca-se, aqui, a incluir as reformas curriculares – é definidora dos rumos da pesquisa arquivística no Brasil e – mais uma vez extrapolando – da identidade profissional do arquivista.

Observou-se também que, com a transformação do contexto social, da demarcação da sociedade da informação e do desenvolvimento acelerado de tecnologias que impactam o trabalho arquivístico, a identidade do arquivista passou a ser problematizada diante de novas funções que lhe são demandadas. Por essa razão, Thomassen (1994 apud Bellotto, 2007) ressalta que uma imagem imperativa do arquivista depende de o ensino muni-lo de valores, padrões, terminologia e conhecimento.

O resultado da pesquisa teve como base a reflexão sobre a trajetória da formação dos arquivistas no Brasil de acordo com perspectivas das teorias do currículo. Essas perspectivas, que atualmente tratam o currículo como construção social, influenciada por agentes externos e por participantes diretos da formulação do currículo, conduziram à reflexão a partir da identificação do contexto internacional, nacional e interno da própria área arquivística, relacionado à formação do arquivista e verificado nas disciplinas dos currículos analisados, como foram, por exemplo, as disciplinas voltadas à pesquisa histórica, à organização de documentos administrativos correntes ou, mesmo que de forma incipiente, à tecnologia informática.

Por fim, sugerem-se questões aos debates que visam criar novos cursos ou reformar currículos: que identidade pretende-se afirmar com os currículos? O que a sociedade espera dos arquivistas hoje? Com que áreas do conhecimento é preciso dialogar atualmente? Diante do exposto, compreende-se que a identidade profissional, a resposta e os diálogos devem relacionar-se com as demandas sociais da formação.

Referências

- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- BRASIL. Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Archivo Nacional. Rio de Janeiro, 1911.
- _____. Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova seu regulamento. Rio de Janeiro, 1922.

- COSTA, C. M. L. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- DUBAR, C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, p. 351-367, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/03.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.
- _____. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- GOMES, Y. Q. Ação associativa nos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil 1971-1978. In: MARQUES, A. A. D. C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. D. *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. Cap. 4, p. 101-221.
- GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- JARDIM, J. M. A formação do arquivista na sociedade contemporânea. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Cadernos BAD. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. 2001. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/707/706>. Acesso em: 22 maio 2020.
- LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, p. 7-23, 2013. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.
- _____; MACEDO, E. O pensamento curricular no Brasil. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Currículo: debates contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-54.
- MAIA, A. M. A. *A construção do curso de arquivologia da Unirio: dos primeiros passos à maturidade universitária*. Tese (Mestrado em Pedagogia) – Unirio, Rio de Janeiro, 2006.
- MARQUES, A. A. D. C. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UnB, Brasília, 2007.
- _____; RODRIGUES, G. M. Contribuições internacionais na institucionalização da arquivologia no Brasil (1959-1977). In: MARQUES, A. A. D. C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. D. *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. p. 73-100.
- MELO, J. H. D. Os acervos coloniais e os secretários de Governo das Capitanias: o início dos arquivos no Brasil. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 117-130, jan. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1399/1577>. Acesso em: 9 abr. 2015.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. D. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. D. *Currículo, cultura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Cap. 1, p. 7-37.
- RODRIGUES, G. M. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. *Arquivo&Administração*, Rio de Janeiro, p. 17-41, jul./dez. 2006. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta11/acervo100387/100387_368.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.
- ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SACRISTÂN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SANTOS, P. R. E. D. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 121-146, ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882018000200121&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 maio 2020.
- SILVA, A. M. D. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 3. ed. Porto: Afrontamento, v. 1, 2009.
- SILVA, E. P. D. *Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)*. Tese (Doutorado em Memória Social) – Unirio, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Recebido em 30/5/2020
Aprovado em 10/11/2020